

CONCURSO PÚBLICO
CÂMARA DE VERDEJANTE (PE) - GRUPO 02



G2. A. COM. LEG. PARLAMENTAR

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. O poder constituinte, uma vez acionado, transcende todas as limitações impostas pelas normas jurídicas internas e internacionais, operando em um campo metajurídico, no qual a soberania popular se manifesta de forma pura e incontestável, permitindo a reconfiguração total das instituições políticas e sociais, sem qualquer necessidade de observância dos preceitos estabelecidos anteriormente ou dos direitos fundamentais historicamente adquiridos.
02. Os agentes públicos são regidos por um regime jurídico que estabelece os direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Esse regime inclui disposições sobre provimento, investidura, estabilidade, acumulação de cargos, regime disciplinar e seguridade social. A Constituição de 1988 prevê ainda normas específicas para os servidores civis e militares, garantindo a proteção de direitos e a responsabilização por infrações.
03. As organizações do Terceiro Setor são, na prática, extensões diretas do governo, operando com recursos públicos e sob estrita supervisão governamental, não podendo realizar atividades autônomas ou captar recursos de fontes privadas, e estão sujeitas às mesmas exigências e regulamentações aplicáveis às entidades estatais, inclusive no que tange à prestação de contas e ao cumprimento de metas administrativas e financeiras estabelecidas pelo governo.
04. A organização político-administrativa do Brasil permite que os estados se tornem independentes da União, com a possibilidade de secessão em caso de divergências políticas ou econômicas significativas. A Constituição de 1988 prevê procedimentos para a dissolução da federação, garantindo a autodeterminação dos estados.
05. Os princípios fundamentais da Constituição de 1988 são os mesmos de todas as constituições anteriores, não havendo inovações ou acréscimos significativos. Eles incluem princípios como a soberania nacional, a separação dos poderes, e a unidade nacional, mas não abordam direitos humanos ou sociais de forma detalhada, focando mais na estrutura do Estado.
06. A decretação dos mecanismos de defesa do Estado e das instituições democráticas – estado de defesa e estado de sítio –, que estabelecem um regime de legalidade extraordinária, deve obedecer aos princípios que regulam esses temas, considerando suas características específicas.
07. Os servidores públicos civis e militares podem ser contratados diretamente por indicação política, sem a necessidade de concurso público ou qualquer processo seletivo, desde que possuam o apoio de lideranças governamentais. Esse mecanismo visa a garantir que os cargos públicos sejam ocupados por pessoas de confiança do governo, assegurando a lealdade e a eficiência administrativa.
08. O Presidente da República exerce funções como chefe de Estado e de governo, incluindo a promulgação e sanção de leis, a edição de medidas provisórias, a nomeação e exoneração de ministros, a direção da política externa, e a chefia da administração federal. Sua responsabilidade é delimitada pela Constituição, que prevê mecanismos de controle como o impeachment em caso de crimes de responsabilidade.
09. Os princípios fundamentais da Constituição de 1988 incluem a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Esses princípios são essenciais para a interpretação e aplicação da Constituição, servindo como diretrizes para o funcionamento do Estado e para a proteção dos direitos fundamentais.
10. O controle da administração pública no Brasil é exercido de forma interna e externa. O controle interno é realizado pelos próprios órgãos e entidades da administração pública, visando à eficiência e à correção de irregularidades. O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, que fiscalizam a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos administrativos.

11. No Brasil, o Poder Judiciário é um dos responsáveis pela criação de leis, pela execução de políticas públicas, além de possuir autoridade para modificar decisões do Poder Executivo e Legislativo, desde que haja interesse público. Por exemplo, um juiz pode decidir sobre o orçamento nacional e implementar diretamente programas sociais sem consulta prévia aos outros poderes desde que haja, por exemplo, uma situação de emergência.
12. O processo legislativo na Constituição de 1988 exclui a participação popular, sendo restrito apenas aos membros do Congresso Nacional e ao Presidente da República. Iniciativas populares de lei não são permitidas, e o processo de elaboração das normas jurídicas é conduzido exclusivamente pelas autoridades eleitas.
13. Os poderes administrativos incluem o poder discricionário, o poder regulamentar, o poder hierárquico e o poder de polícia. O poder discricionário permite que a administração escolha, dentro dos limites legais, a melhor opção para o interesse público. O poder regulamentar é utilizado para detalhar a execução das leis. O poder hierárquico organiza e coordena as atividades administrativas, e o poder de polícia regula e limita direitos em prol da coletividade.
14. O controle de constitucionalidade no Brasil inclui tanto o controle preventivo quanto o controle repressivo. O controle preventivo é exercido durante o processo legislativo, com o objetivo de evitar que normas inconstitucionais sejam aprovadas. Já o controle repressivo é realizado após a promulgação das normas, podendo ser exercido de forma concentrada pelo STF ou de forma difusa por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos.
15. A improbidade administrativa é regulamentada por uma legislação específica que define punições para os agentes públicos que cometerem atos de enriquecimento ilícito, causarem prejuízos ao patrimônio público ou violarem princípios da administração pública. As penalidades incluem a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, a indisponibilidade dos bens e a obrigação de ressarcir o erário, além de multa civil proporcional ao dano causado.
16. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) não se aplica às informações relacionadas à segurança nacional e à defesa do Estado. Todas as informações de caráter sensível ou estratégico são automaticamente classificadas como sigilosas, sem necessidade de justificativa ou revisão periódica da classificação.
17. A Constituição brasileira de 1988 procurou assegurar ao Poder Judiciário a sua independência, conferindo-lhe a possibilidade de autogoverno, autoregulamentação e auto-organização, com o exercício de atividades normativas e da autonomia administrativa e financeira. Entretanto, em situações de estado de defesa, por exemplo, o Poder Judiciário deve se submeter ao Poder Executivo.
18. As funções essenciais à justiça incluem o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública. O Ministério Público é responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A Advocacia Pública representa a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em questões jurídicas. A Defensoria Pública presta assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.
19. A presença de um Poder Judiciário forte, na formação de um Estado Democrático de Direito, é essencial para a organização de uma sociedade mais justa e democrática, isso porque a função típica do poder judiciário é o exercício da função jurisdicional, que consiste na aplicação da lei ao caso concreto que lhe foi submetido para a resolução de uma lide. Uma possível exceção é a competência atribuída ao Senado Federal para o julgamento de algumas autoridades pela prática de crime de responsabilidade.
20. O controle de constitucionalidade no Brasil é exclusivo do Poder Executivo, que tem a prerrogativa de revisar e anular leis e atos normativos que considere inconstitucionais. O STF e outros tribunais não possuem competência para declarar a inconstitucionalidade de normas, limitando-se a aplicar as leis conforme decididas pelo Executivo.
21. A Constituição de 1988 estabelece que o Brasil é uma federação composta pela União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Cada ente federativo possui autonomia política, administrativa e financeira. A intervenção federal é uma medida excepcional que só pode ser decretada para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira ou de um Estado em outro, ou garantir o funcionamento regular dos poderes nos estados e municípios.
22. O Poder Judiciário é responsável por assegurar que as leis sejam aplicadas de maneira justa e equitativa, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso à justiça. Além disso, o Judiciário atua na defesa dos direitos e garantias individuais, protegendo os cidadãos contra abusos de poder e violações dos direitos humanos. A função de resolver conflitos é fundamental para a manutenção da ordem social e a promoção da paz, uma vez que proporciona um meio formal e estruturado para a resolução de disputas.
23. O poder constituinte originário é ilimitado e inicial, exercido em momentos de fundação de uma nova ordem jurídica, como na promulgação de uma nova constituição. Esse poder é exercido de forma soberana, sem estar vinculado a normas anteriores. No entanto, uma vez estabelecida a nova constituição, o poder constituinte derivado, que é limitado e condicionado, passa a reger as alterações e emendas constitucionais.
24. A Constituição de 1988 é a mais curta da história do Brasil, com apenas 50 artigos, focando exclusivamente na estrutura do governo federal e omitindo aspectos como direitos fundamentais e organização dos estados. Sua simplicidade é uma de suas principais características, facilitando a aplicação e interpretação das normas.
25. No Brasil, o controle de constitucionalidade é realizado pelo Supremo Tribunal Federal, que possui competência tanto para o controle concentrado quanto para o difuso. Nenhum outro tribunal ou juiz pode declarar a inconstitucionalidade de normas em casos concretos, sendo essa uma prerrogativa exclusiva do STF.

26. O poder constituinte é dividido em originário e derivado. O poder constituinte originário é ilimitado e autônomo, responsável por elaborar uma nova Constituição. Já o poder constituinte derivado é aquele exercido para emendar ou revisar a Constituição existente, sendo limitado pelas cláusulas pétreas que impedem alterações em direitos e garantias fundamentais, a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, e a separação dos poderes.
27. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) aplica-se apenas às organizações privadas, não abrangendo órgãos e entidades da administração pública. Os dados pessoais tratados por instituições públicas estão isentos das obrigações e diretrizes estabelecidas pela lei, garantindo maior flexibilidade na gestão das informações pelos órgãos governamentais.
28. A defesa do Estado e das instituições democráticas está prevista na Constituição de 1988, incluindo a organização das Forças Armadas, que são responsáveis pela defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. As forças auxiliares, constituídas pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
29. O processo legislativo brasileiro, conforme a Constituição de 1988, inclui várias etapas: iniciativa, discussão, votação, sanção ou veto, promulgação e publicação. As leis podem ser iniciadas pelo Presidente da República, qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores, pelo Procurador-Geral da República e pelos cidadãos, mediante iniciativa popular.
30. Os direitos sociais previstos na Constituição de 1988 são garantidos apenas aos cidadãos brasileiros natos, excluindo estrangeiros e brasileiros naturalizados. Essa exclusão visa a priorizar a proteção dos interesses dos brasileiros natos, assegurando-lhes acesso preferencial aos serviços e benefícios públicos.
31. A Lei nº 14.133/2021, que institui o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, estabelece princípios como a legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, sustentabilidade e transparência. Ela regula as modalidades de licitação, como concorrência, pregão, leilão e concurso, e define os procedimentos para a contratação direta em casos específicos.
32. A responsabilidade civil do Estado no Brasil segue a teoria da culpa, pela qual o Estado só responde pelos danos causados por seus agentes se houver prova de dolo ou culpa. Isso significa que a reparação do dano depende da demonstração de que o agente público agiu com intenção ou negligência, não bastando o nexo causal entre a ação e o dano.
33. As disposições gerais sobre a Administração Pública na Constituição de 1988 estabelecem que os servidores públicos não estão sujeitos a nenhum tipo de controle ou fiscalização interna, devendo prestar contas apenas aos órgãos externos de controle, como o Tribunal de Contas da União. Isso garante maior autonomia e independência na gestão pública.
34. O controle de constitucionalidade no Brasil pode ser exercido de forma concentrada ou difusa. No controle concentrado, apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) possui competência para declarar a inconstitucionalidade de normas, por meio de ações como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). No controle difuso, qualquer juiz ou tribunal pode decidir sobre a constitucionalidade de uma norma no caso concreto.
35. A Constituição de 1988 estabelece que os servidores públicos devem ser selecionados por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, garantindo a impessoalidade e a igualdade de oportunidades. Além disso, os servidores passam a ter estabilidade após três anos de efetivo exercício, podendo perder o cargo apenas por sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa, ou por avaliação periódica de desempenho.
36. O Presidente da República tem a prerrogativa exclusiva de sancionar e promulgar leis, sendo dispensável a aprovação pelo Congresso Nacional. As leis entram em vigor imediatamente após a assinatura presidencial, sem necessidade de publicação ou qualquer outra formalidade adicional.
37. Os ministros de Estado, uma vez nomeados, têm mandato fixo de quatro anos, coincidindo com o mandato do Presidente da República. Eles não podem ser exonerados antes do término do mandato, exceto em casos de crimes graves, e possuem autonomia plena na gestão dos ministérios, independentemente das diretrizes presidenciais.
38. As Forças Armadas do Brasil desempenham um papel significativo na promoção de eventos culturais e esportivos em todo o país, sendo responsáveis pela organização e financiamento de competições nacionais, festivais de música e artes, além de incentivar a participação comunitária nessas atividades. Por exemplo, o Exército Brasileiro organiza anualmente um festival nacional de competição de lutas brasileiras, que atrai lutadores de todo o país.
39. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, garantindo a transparência e o controle social da administração pública. A lei estabelece procedimentos para a solicitação e fornecimento de informações, prazos para resposta e hipóteses de sigilo. A administração pública deve divulgar informações de interesse coletivo, facilitando o acesso dos cidadãos.
40. A Lei de Improbidade Administrativa aplica-se exclusivamente aos servidores públicos federais, não abrangendo agentes públicos estaduais e municipais. As sanções previstas na legislação são brandas e não incluem a perda da função pública ou a suspensão dos direitos políticos, focando apenas em multas e advertências.
41. O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 90 dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, se persistindo as razões que justificaram a sua decretação e que estejam atreladas as razões sociais. Não haverá, portanto, prorrogação de prorrogação, a não ser que haja benefício social.

42. A Constituição Federal de 1988 foi elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte, que contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, incluindo políticos, acadêmicos e representantes de movimentos sociais. A sua promulgação simbolizou a transição do regime autoritário para a democracia, e seu texto foi amplamente debatido e modificado antes da versão final ser aprovada. A Constituição é considerada uma das mais detalhadas do mundo.
43. A organização da administração pública no Brasil inclui entidades paraestatais, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essas entidades têm características jurídicas próprias e desempenham funções administrativas específicas, contribuindo para a descentralização e a especialização na prestação de serviços públicos e na execução de políticas públicas.
44. O Congresso Nacional possui um sistema de comissões que não exerce papel significativo na análise e discussão das propostas legislativas. Todas as decisões relevantes são tomadas diretamente pelo Plenário, sem necessidade de pareceres ou relatórios das comissões, o que agiliza o processo legislativo e reduz a burocracia.
45. O poder regulamentar na administração pública permite a criação de leis complementares pelo Poder Executivo, sem necessidade de aprovação pelo Legislativo. O Presidente da República pode emitir regulamentos com força de lei, que têm a mesma hierarquia das normas aprovadas pelo Congresso Nacional, dispensando o processo legislativo regular.
46. O Manual de Redação Oficial da Presidência da República, 3ª Edição, 2018, estabelece normas e orientações para a redação de documentos oficiais, visando à padronização, clareza e precisão na comunicação pública. O manual aborda aspectos como a estrutura dos documentos, o uso adequado da linguagem, a formatação e os procedimentos de tramitação, contribuindo para a eficiência e a transparência na administração pública.
47. Os atos administrativos são manifestações unilaterais da vontade da administração pública, que produzem efeitos jurídicos imediatos. Eles podem ser classificados em atos normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos. Cada tipo de ato administrativo possui requisitos específicos de validade, como competência, finalidade, forma, motivo e objeto, e pode ser sujeito a extinção, nulidade ou revogação conforme a lei.
48. A intervenção federal é um mecanismo comum e frequentemente utilizado no Brasil, sendo acionado rotineiramente para resolver questões administrativas e políticas nos Estados e Municípios. O Presidente da República tem plena autonomia para decretar a intervenção, sem necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional ou justificativa formal.
49. As disposições gerais sobre a Administração Pública na Constituição de 1988 estabelecem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios norteiam a atuação dos servidores públicos e a gestão dos recursos públicos, garantindo transparência, equidade e responsabilidade na administração pública. A observância desses princípios é essencial para a boa governança e a prestação de serviços públicos de qualidade.
50. O poder constituinte derivado é absolutamente autônomo, podendo modificar qualquer parte da Constituição, inclusive as cláusulas pétreas, sem restrições. A sua principal função é adaptar a Constituição às mudanças sociais, econômicas e políticas, sem precisar respeitar a integridade dos direitos e garantias fundamentais ou a separação dos poderes.
51. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais no Brasil, visando proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade. A lei impõe obrigações para as organizações que coletam, armazenam e processam dados pessoais, incluindo a necessidade de obter o consentimento dos titulares dos dados e garantir a segurança das informações.
52. Os ministros de Estado são auxiliares diretos do Presidente da República, responsáveis pela direção superior dos ministérios e pela execução das políticas públicas. Suas atribuições incluem a expedição de instruções para a execução das leis, a coordenação de programas e projetos de governo, e a prestação de contas ao Congresso Nacional sobre suas atividades. A escolha e exoneração dos ministros são prerrogativas exclusivas do Presidente.
53. O controle da administração pública no Brasil é exercido exclusivamente de forma interna, pelos próprios órgãos da administração. Não há previsão constitucional ou legal para o controle externo pelo Poder Legislativo ou pelos Tribunais de Contas, que não têm competência para fiscalizar os atos administrativos.
54. Os direitos sociais previstos na Constituição de 1988 incluem a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Esses direitos são considerados essenciais para garantir uma vida digna e estão estreitamente ligados ao princípio da dignidade da pessoa humana, um dos pilares da constituição.
55. O Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, tem a função de legislar, fiscalizar o Executivo e representar o povo e os estados. Suas atribuições incluem a aprovação do orçamento, a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do governo, e a criação de leis sobre matérias de competência da União. As comissões permanentes e temporárias são essenciais para a análise e discussão das propostas legislativas.
56. O direito administrativo no Brasil é um ramo do direito público que regula as atividades do Estado e suas interações com os cidadãos, abrangendo a estrutura, funcionamento e controle da administração pública. Esse ramo do direito estabelece os mecanismos de controle interno e externo das atividades administrativas, como o controle exercido pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Judiciário, garantindo a responsabilização dos agentes públicos por atos ilícitos. Além disso, o direito administrativo prevê a disciplina dos contratos administrativos, concessões e permissões de serviços públicos, assegurando que tais contratos atendam ao interesse público e sejam executados com eficiência e transparência.

57. A Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", foi promulgada em um contexto de redemocratização do Brasil após mais de duas décadas de regime militar. Sua estrutura é composta por um preâmbulo, 250 artigos divididos em nove títulos, e 114 emendas constitucionais até o momento. Ela enfatiza os direitos fundamentais e estabelece um Estado Democrático de Direito, com a separação dos poderes e a proteção dos direitos humanos.
58. A função legislativa tem por objeto a formação das leis, sobre as matérias que a Constituição submete ao princípio da legalidade. Essa é uma função que o Poder Legislativo exerce com a colaboração do Poder Judiciário, como se vê no art. 48 da Constituição.
59. O Ministério Público no Brasil é um órgão subordinado ao Poder Executivo, sendo responsável por representar judicialmente o governo federal e seus interesses. Não possui autonomia funcional ou administrativa, devendo seguir as diretrizes e ordens do Presidente da República em suas atuações.
60. Os princípios da administração pública no Brasil, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, são meramente decorativos e não possuem aplicação prática nas ações dos agentes públicos. A observância desses princípios é facultativa, e sua violação não acarreta consequências jurídicas ou administrativas para os responsáveis.
61. Os atos administrativos independem de requisitos específicos de validade, como competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Eles podem ser emitidos de maneira discricionária pelos agentes públicos, sem necessidade de fundamentação ou obediência a normas preestabelecidas, desde que atendam ao interesse público.
62. A organização político-administrativa do Brasil é composta pela União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Cada ente federativo possui autonomia política, administrativa e financeira, garantida pela Constituição. A União é responsável pelas competências privativas e concorrentes, enquanto os Estados e Municípios possuem competências próprias, respeitando a hierarquia e a coordenação estabelecida pelo pacto federativo.
63. A responsabilidade civil do Estado no Brasil segue a teoria do risco administrativo, pela qual o Estado responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes a terceiros, no exercício de suas funções. Isso significa que, para a reparação do dano, não é necessário provar a culpa do agente público, bastando demonstrar o nexo causal entre a ação ou omissão e o dano sofrido.
64. Os Ministérios são órgãos autônomos da cúpula da Administração Federal, situados logo abaixo da Presidência da República. Neles, integram-se os serviços da Administração direta e a eles se vinculam as entidades da administração indireta, cujas atividades se enquadram nas respectivas áreas de competência, ressalvadas, obviamente, as que a própria lei integra na Presidência da República ou a ela vincula.
65. A Fundação Pública de Direito Público é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
66. A Defensoria Pública, embora prevista na Constituição de 1988, não tem atribuições específicas e depende de convênios com a advocacia privada para prestar assistência jurídica. Não possui autonomia administrativa ou orçamentária, sendo inteiramente dependente do Ministério da Justiça para seu funcionamento.
67. Os agentes públicos no Brasil têm plena liberdade para acumular cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários e das funções desempenhadas. A acumulação de cargos é incentivada como uma forma de aumentar a renda dos servidores e aproveitar melhor seus talentos em múltiplas funções na administração pública.
68. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) permite a contratação direta para qualquer tipo de serviço ou aquisição, sem necessidade de processo licitatório. As modalidades de licitação foram abolidas, simplificando o procedimento e eliminando a obrigatoriedade de competitividade nas contratações públicas.
69. O Manual de Redação Oficial da Presidência da República, 3ª Edição, 2018, permite o uso de linguagem coloquial e informal na redação de documentos oficiais, a fim de tornar a comunicação mais acessível e próxima do público em geral. Não há necessidade de seguir normas rígidas de formatação ou estrutura, e os documentos podem ser redigidos de forma livre, desde que transmitam a mensagem desejada.
70. A Constituição de 1988 foi a primeira constituição brasileira a ser promulgada, sendo redigida sem influências externas ou internas significativas. Sua criação foi um processo rápido, concluído em menos de um ano, sem grande participação popular ou debates significativos, o que garantiu uma estrutura enxuta e sem muitas emendas desde sua promulgação.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Para mover uma pasta ou arquivo, o processo é muito semelhante ao de copiar. Primeiro, selecione o ícone desejado. Depois, vá ao menu "Editar" ou ao botão "Organizar" e escolha "Recortar". Em seguida, selecione o local onde deseja colocar a pasta ou arquivo, retorne ao menu "Editar" e escolha "Colar". Outra maneira é clicar com o botão direito do mouse no ícone desejado, selecionar "Recortar" no menu exibido, escolher o local de destino, clicar com o botão direito do mouse novamente e selecionar "Colar" no menu exibido.

72. O Google Sheets, conhecido como Planilhas Google, é uma ferramenta que permite aos usuários criar, editar e compartilhar planilhas online através do Google Drive, acessível tanto em computadores quanto em dispositivos móveis Android e iOS. Esse aplicativo capacita empresas de diversos segmentos e tamanhos a gerenciar e armazenar dados na nuvem, facilitando a troca de informações entre colaboradores e clientes. Sua versão gratuita oferece 100 GB de capacidade de armazenamento, integração com o BigQuery, além de controle de acesso a células específicas.
73. Uma das principais distinções entre o Windows e o Linux reside em suas licenças. Enquanto o Linux é um sistema operacional proprietário, sob os direitos autorais da Microsoft, requerendo pagamento para uso, o Windows é um sistema de código aberto. Isso significa que o Linux cobra uma taxa para utilização, variando conforme a edição desejada. No caso do Windows, o software é gratuito e de acesso livre. Quando se adquire um computador com o Linux já instalado, o custo da licença é incluído no preço do equipamento, ao passo que o Windows não implica em tais encargos.
74. A conduta ética no serviço público não se limita ao cumprimento de normas externas, mas inclui a motivação interna, esmero e a orientação consciente do servidor para realizar seu ofício com excelência e retidão, indo além do que é prescrito por suas funções.
75. Moralidade e ética são conceitos intercambiáveis, significando ambos um conjunto de normas e valores que regulam o comportamento humano de forma igualitária e uniforme.
76. No serviço público, as regras de conduta combinam regras imperativas e constitutivas, orientando os servidores não apenas sobre o que deve ou não ser feito, mas também sobre como realizar suas funções de maneira ética e eficiente.
77. Para renomear uma pasta ou arquivo, você precisa selecionar o ícone desejado no Painel de Conteúdo e realizar uma das seguintes ações: - Acesse o menu "Arquivo" ou clique no botão "Organizar" e escolha a opção "Renomear". - Clique com o botão direito do mouse sobre o ícone desejado e selecione "Renomear" no menu que aparecerá. - Selecione o ícone que deseja renomear e pressione a tecla "F2" no teclado ou dê dois cliques lentos com o botão esquerdo do mouse sobre o ícone para editá-lo. É importante observar que um nome de arquivo não pode conter certos caracteres como dois pontos (:), barras (\ /), asterisco (*), ponto de interrogação ou exclamação (? !), aspas ("), ou sinais como <, > e +.
78. Os worms exploram falhas de configuração de rede ou vulnerabilidades de segurança no sistema operacional (SO) e em aplicativos. Muitos worms utilizam diferentes métodos para se propagar pelas redes. Isso inclui worms de arquivo, que se anexam a arquivos enviados por e-mail, mensagens diretas ou downloads, e podem se espalhar entre computadores da mesma forma que arquivos normais compartilhados online; worms de setor de inicialização, que são disseminados através de dispositivos físicos como unidades USB infectadas. Por exemplo, uma unidade USB infectada ao ser conectada a um computador transfere o worm quando o Registro de Inicialização do Volume (VBR) da unidade é lido, substituindo ou modificando o código de inicialização existente pelo código infectado; macro worms, escritos na linguagem macro usada para criar software como Excel ou Word, frequentemente atacam o software (ao invés do sistema inteiro) como um anexo em e-mails de phishing fraudulentos; e worms de script, menos comuns, que geralmente se disseminam através de cliques em anúncios em páginas da web.
79. A Constituição de 1988, ao estabelecer a democracia no Brasil, permitiu a suspensão do ensino de filosofia e ética nas escolas, visando manter a ordem social e evitar a disseminação de ideologias contrárias aos interesses do Estado.
80. A ética é um conceito que se limita ao campo das ciências humanas, não sendo relevante ou aplicável para outras áreas do conhecimento como ciências exatas e biológicas.
81. Os servidores públicos devem manter a transparência em suas ações, exceto em casos de segurança nacional, investigações policiais ou quando o interesse superior do Estado exigir sigilo, conforme estabelecido pelo código de ética. A publicidade dos atos administrativos é um requisito de eficácia e moralidade, sendo essencial para a confiança da população nas instituições públicas.
82. Os cookies são pequenos arquivos de texto que indicam ao navegador que você já visitou um site específico. Além de registrar as páginas acessadas, eles podem armazenar outras informações sobre sua atividade na web, como vídeos assistidos, tempo gasto em páginas, preferências de idioma e histórico de buscas em um site. Em resumo, todas as suas interações online podem gerar dados que são armazenados em cookies. Essa tecnologia é segura para os usuários, pois não permite a distribuição de malwares, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
83. A moralidade de uma sociedade pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo religião, cultura, e acesso à informação, o que torna as normas morais variáveis e sujeitas a mudanças ao longo do tempo.
84. A ética envolve uma reflexão contínua sobre as ações humanas, considerando a moralidade das escolhas e buscando um equilíbrio entre o respeito à individualidade e o bem-estar coletivo, sem se restringir a um conjunto fixo de normas de conduta. Por exemplo, um juiz pode enfrentar um dilema ético ao decidir entre aplicar uma pena severa a um réu confesso que cometeu um crime menor para seguir a lei estritamente, ou optar por uma sentença mais branda que considere as circunstâncias atenuantes, como a primeira infração do réu e suas tentativas de reabilitação.

85. Segundo o decreto nº 1.171, a transparência no serviço público é um princípio secundário e pode ser relativizada em prol da conveniência administrativa. Assim, a omissão de informações ao público é justificada quando há interesse da administração em resguardar determinados dados.
86. A promoção da cidadania ativa no Brasil requer que os cidadãos compreendam a interdependência entre seus direitos e deveres, participando ativamente não apenas das eleições, mas também dos processos de controle social e formulação de políticas públicas.
87. A ética aplicada aos negócios é apenas uma extensão dos mesmos princípios éticos que regem as relações pessoais, não requerendo normas específicas ou adaptações para o ambiente corporativo.
88. Vírus e worms são tipos de programas maliciosos, também conhecidos como malware. Qualquer programa dentro dessa categoria pode incluir características adicionais de cavalos de Troia. Os vírus podem ser classificados de acordo com o método usado para infectar e se propagar entre computadores. Isso pode ocorrer através de email, utilizando arquivos como vetores de infecção; através da internet, por meio de links maliciosos ocultos em HTML; dispositivos externos como pendrives; downloads de servidores FTP; mensagens instantâneas em aplicativos de desktop e móveis; compartilhamento de arquivos P2P; em redes corporativas; e explorando vulnerabilidades em software.
89. Cada provedor ou serviço de correio eletrônico oferece ferramentas semelhantes, mas suas características exclusivas os diferenciam entre si. Plataformas populares como Gmail, Outlook e Yahoo! possuem uma Caixa de Entrada onde os usuários podem visualizar suas mensagens recebidas, listadas com informações como remetente, assunto e data de envio. Para manter a organização da Caixa de Entrada, estão disponíveis ferramentas de gerenciamento de mensagens como Spam ou Lixo Eletrônico, Excluir e Mover para.
90. O Windows Explorer, ou Explorador de Arquivos, é a ferramenta padrão do sistema Windows para gerenciar pastas e arquivos. Ele permite copiar, excluir e mover itens no computador. Com o Windows Explorer, você pode organizar e administrar informações em dispositivos como HDs, PenDrives, DVDs e CDs. Para acessá-lo, clique no botão "Iniciar", selecione "Todos os Programas", depois "Acessórios" e, em seguida, "Windows Explorer". A interface do Windows Explorer oferece várias visualizações dos painéis, com ícones de pastas que variam conforme o conteúdo dos arquivos, proporcionando maior conforto ao usuário.
91. A ética não é um conceito estático, mas dinâmico, adaptando-se continuamente às novas demandas éticas e às transformações sociais, buscando sempre promover uma conduta que respeite o bem comum e os direitos individuais.
92. A limitação de tamanho dos anexos de e-mail no Gmail pode ser uma característica restritiva para sua utilização geral. Ao compartilhar arquivos grandes, essa restrição é aplicada para garantir que os arquivos não demorem muito tempo para carregar ou baixar. Por exemplo, um arquivo de 1 MB pode levar aproximadamente 14 segundos para ser transferido, o que pode resultar em tempos significativos ao enviar arquivos volumosos por e-mail. Essa é a razão pela qual o Gmail estabelece esse limite. Para contornar essa limitação, uma solução é comprimir os arquivos no formato .zip antes de enviá-los, utilizando programas de terceiros.
93. A aplicação de um código de ética no serviço público permite que servidores justifiquem comportamentos proibidos pela lei, desde que tais comportamentos atendam aos padrões éticos estabelecidos pelo código. Por exemplo, um servidor público pode justificar o favorecimento de amigos em processos de contratação quando esses amigos possuem qualificações adequadas e são confiáveis. Essa ação está alinhada com um padrão ético de lealdade e confiança.
94. O WordPad, programa padrão para edição de textos, apresenta agora uma interface mais semelhante ao Microsoft Office, além de novos recursos. Ele inclui uma faixa de opções que facilita o acesso às ferramentas de formatação, como destaques, marcadores, quebras de linha, novas cores e inserção de imagens, tornando-o mais eficiente do que nas versões anteriores. No WordPad, você pode facilmente alterar a formatação do documento, escolhendo entre várias fontes, tamanhos diferentes e cores de texto. Também é simples ajustar o alinhamento do texto. Para modificar a fonte, estilo, tamanho ou cor do texto, selecione o texto desejado, vá para a guia "Home", no grupo "Fonte", e clique no botão correspondente (fonte, tamanho, cor, negrito, itálico, sublinhado ou realce do texto).
95. O Google Sheets, também conhecido como Planilhas Google, é uma aplicação baseada em nuvem que permite criar, editar e compartilhar planilhas online. Ele oferece uma alternativa moderna às planilhas tradicionais de desktop, como o Excel da Microsoft. Para realizar uma adição no Google Sheets, basta selecionar a célula onde deseja que o resultado da soma apareça e inserir o sinal de adição (+) para iniciar a fórmula. Em seguida, você pode digitar ou selecionar as células que deseja somar.
96. O Windows Explorer, também conhecido como Explorador de Janelas, é o Gerenciador de Pastas e Arquivos do sistema Windows, utilizado para todas as operações de manipulação desses elementos, como cópia, exclusão e movimentação. Ele permite a administração e manutenção dos dados armazenados em dispositivos como HDs, PenDrives, DVDs, CDs e outros. A interface do Windows Explorer é dividida em dois painéis: o Painel de Pastas à esquerda, que mostra a estrutura de pastas, partições e unidades de disco da máquina; e o Painel de Conteúdo à direita, que exibe o conteúdo do item selecionado no Painel de Pastas. Para abrir o Windows Explorer, você pode clicar no botão "Iniciar", depois em "Todos os Programas", "Acessórios" e selecionar "Windows Explorer". Alternativamente, pode usar o atalho de teclado pressionando as teclas "Tecla do Windows" + "E".

97. A ética no serviço público permite que o servidor atrase prestações de contas se estiver enfrentando dificuldades pessoais ou profissionais, desde que comunique previamente sua situação aos superiores.
98. A principal diferença entre um vírus e um worm é que o worm precisa ser ativado por meio da interação do usuário com o arquivo infectado, enquanto os vírus operam e se propagam automaticamente sem necessidade de intervenção humana. Os worms são incorporados ou ocultos em arquivos que são compartilhados ou baixados, podendo ser tanto executáveis, como um programa que roda um script, quanto não executáveis, como um documento do Word ou um arquivo de imagem.
99. O fortalecimento das práticas democráticas na sociedade requer que os indivíduos desenvolvam a habilidade de diálogo e negociação, permitindo a resolução pacífica de conflitos e a construção coletiva de soluções justas e equitativas.
100. O "Spyware" é um termo abrangente usado para descrever qualquer código ou programa malicioso, como vírus ou worms. Portanto, vírus e worms são tipos de Spyware. Vírus e worms são programas de Spyware autorreplicáveis que têm como objetivo modificar ou danificar os arquivos do sistema das suas vítimas. No entanto, enquanto um worm pode se propagar de forma autônoma dentro do sistema da vítima, um vírus requer a interação da vítima com seu vetor de infecção, ou seja, quando o usuário executa um arquivo infectado por um vírus.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO